

No. 34796

**Brazil
and
Spain**

**Agreement on cooperation in the field of tourism between the Federative Republic of
Brazil and the Kingdom of Spain. Brasília, 18 April 1997**

Entry into force: 15 May 1998 by notification, in accordance with article 9

Authentic texts: Portuguese and Spanish

Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 29 July 1998

**Brésil
et
Espagne**

**Accord de coopération en matière de tourisme entre la République fédérative du
Brésil et le Royaume d'Espagne. Brasília, 18 avril 1997**

Entrée en vigueur : 15 mai 1998 par notification, conformément à l'article 9

Textes authentiques : portugais et espagnol

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 29 juillet 1998

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO DE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE TURISMO ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA ESPANHA**

A República Federativa do Brasil

e

**O Reino da Espanha
(doravante denominados “Partes Contratantes”),**

Considerando os tradicionais laços de amizade que unem a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha,

Destacando sua vontade de ampliar sua cooperação com espírito de equidade e de apoio aos interesses comuns;

Valorizando o marco de cooperação existente, no seio das Comissões Mistas de Cooperação, e a responsabilidade que na definição e execução da Cooperação Espanhola ostenta a Agência Espanhola de Cooperação Internacional;

Considerando que o Tratado Geral de Cooperação e Amizade firmado entre ambos os países, em 23 de julho de 1992, prevê, em seu Artigo 10 alínea “c” a assinatura de Acordos de Cooperação específicos no Setor de Serviços, entre os quais a área de Turismo;

Reconhecendo a importância que o turismo pode ter no desenvolvimento da economia e no fortalecimento das relações entre ambos países;

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes Contratantes dedicarão uma especial atenção ao desenvolvimento e ampliação das relações turísticas atualmente existentes e ao incremento do turismo entre a República Federativa do Brasil e a Espanha, como meio para que os povos possam melhorar o conhecimento recíproco de suas histórias, modos de vida e culturas, e para facilitar a cooperação interempresarial em matéria turística.

ARTIGO 2

As Partes Contratantes apoiarão a cooperação entre os setores turísticos dos dois países, tanto de caráter governamental como empresarial, assim como o intercâmbio de peritos em promoção e marketing turísticos, formação e investigação, tecnologia turística, bem como o desenvolvimento de atividades e zonas de interesse turístico.

ARTIGO 3

As Partes Contratantes colaborarão, na medida de suas possibilidades, na promoção e desenvolvimento dos setores turísticos dos dois países mediante as seguintes ações:

- a) intercâmbio de missões técnicas que realizem estudos sobre as possibilidades turísticas das zonas que se determinem;
- b) fomento do intercâmbio de missões empresariais que avaliem a oportunidade de negócios e a possibilidade de realizar investimentos turísticos;
- c) realização de programas de cooperação que tenham como finalidade a promoção ou o desenvolvimento turísticos;
- d) apoio à cooperação em matéria de recuperação de edifícios históricos com fins turísticos;
- e) favorecimento da colaboração de peritos em matérias jurídicas relacionadas com o setor turístico e intercâmbio de informações sobre a legislação turística vigente em cada um dos países;
- f) facilitação da divulgação das possibilidades e ofertas do outro país no seu próprio país;

- g) intercâmbio de informações sobre experiências relacionadas com a promoção turística, bem como intercâmbio de publicações e material de promoção turística, quando seja conveniente.

ARTIGO 4

1. As Partes Contratantes apoiarão a cooperação em matéria de formação profissional, facilitarão reciprocamente informações sobre os planos de ensino em matéria de turismo e colaboração na formação de administradores de empresas turísticas e de técnicos do setor.
2. Com esta finalidade, ambas as Partes Contratantes facilitarão reciprocamente informações sobre o oferecimento de bolsas de estudo e aperfeiçoamento em matéria turística destinadas aos estrangeiros, com o objetivo de que possam ser solicitadas pelos cidadãos do outro país que cumpram os requisitos e condições estabelecidos nas convocatórias.
3. Igualmente, e na medida de suas possibilidades, as Partes Contratantes estabelecerão programas bilaterais de formação em matéria turística.

ARTIGO 5

1. As Partes Contratantes colaborarão na execução de programas de investigação turística sobre temas de interesse mútuo, tanto através de Universidades como de Centros de Investigações.
2. Igualmente, as Partes Contratantes intercambiarão informações sobre os estudos de investigação turística que tenham realizado, assim como sobre os resultados de sua aplicação.

ARTIGO 6

As Partes Contratantes intercambiarão informações sobre os programas de desenvolvimento turístico que se realizem em seus respectivos países, assim como sobre os fundos de financiamento nacional e internacional que possam ser aplicados nesses programas.

ARTIGO 7

Cada Parte Contratante informará à outra sobre as reuniões e seminários de caráter técnico e turístico que possam ser celebradas em seus respectivos países, e procurará a participação de seus técnicos nesses eventos.

ARTIGO 8

A aplicação deste Acordo se fará sem prejuízo das obrigações que resultam da assinatura dos Tratados ou Convênios Internacionais subscritos por cada Parte Contratante.

ARTIGO 9

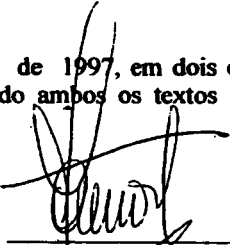
1. O presente Acordo entrará em vigor na data do recebimento da última notificação em que uma das Partes Contratantes informe a outra da conclusão das formalidades internas necessárias.

2. O presente Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos, prorrogando-se automaticamente por igual período. Poderá ser denunciado por iniciativa de uma das Partes Contratantes, pela via diplomática, com antecedência mínima de 3 (três) meses.

Feito em Brasília, em 29 de abril de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado, das
Relações Exteriores


PELO REINO DA ESPANHA

D. José Manuel Fernández
Norriella
Sec. Comércio Turismo

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO DE COOPERACIÓN EN MATERIA DE TURISMO ENTRE LA
REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y EL REINO DE ESPAÑA**

La República Federativa del Brasil

y

**el Reino de España,
(en lo sucesivo denominados las "Partes Contratantes"),**

Considerando los tradicionales lazos de amistad que unen a la República Federativa del Brasil y al Reino de España;

Destacando su voluntad de ampliar su cooperación, con espíritu de equidad y de apoyo a los intereses comunes;

Valorando el marco de cooperación existente en el seno de las Comisiones Mixtas de Cooperación, y la responsabilidad que en la definición y ejecución de la Cooperación Española ostenta la Agencia Española de Cooperación Internacional;

Considerando que el Tratado General de Cooperación y Amistad, firmado entre ambos países el 23 de julio de 1.992, prevé, en su artículo 10 letra "c", la firma de Acuerdos de Cooperación específicos en el Sector Servicios, en particular, en el área de Turismo;

Reconociendo la importancia que el turismo puede tener en el desarrollo de la economía y en el fortalecimiento de las relaciones entre ambos países;

Acuerdan lo siguiente:

ARTÍCULO 1

Las Partes Contratantes dedicarán una especial atención al desarrollo y ampliación de las relaciones turísticas actualmente existentes y al incremento del turismo entre la República Federativa del Brasil y España, como medio para que los pueblos puedan mejorar el conocimiento recíproco de sus historias, modos de vida y culturas, y para facilitar la cooperación inter-empresarial en materia turística.

ARTÍCULO 2

Las Partes Contratantes apoyarán la cooperación entre los sectores turísticos de los dos países, tanto de carácter gubernamental como empresarial, así como el intercambio de expertos en promoción y marketing turísticos, formación e investigación, tecnología turística, así como el desarrollo de actividades y zonas de interés turístico.

ARTÍCULO 3

Las Partes Contratantes colaborarán, en la medida de sus posibilidades, en la promoción y desarrollo de los sectores turísticos de los dos países mediante las siguientes acciones:

- a) Intercambio de misiones técnicas que realicen estudios sobre las posibilidades turísticas de las zonas que se determinen;
- b) Fomento del intercambio de misiones empresariales que evalúen la oportunidad de negocios y la posibilidad de realizar inversiones turísticas;
- c) Realización de programas de cooperación que tengan como finalidad la promoción o el desarrollo turístico;
- d) Apoyo a la cooperación en materia de recuperación de edificios históricos con fines turísticos;
- e) Favorecer la colaboración de expertos en materias jurídicas relacionadas con el sector turístico e intercambio de información sobre la legislación turística vigente en cada uno de los países;
- f) Facilitar la divulgación de las posibilidades y ofertas turísticas del otro país en el suyo propio;
- g) Intercambio de informaciones sobre experiencias relacionadas con la promoción turística, así como intercambio de publicaciones y material de promoción turística, cuando sea conveniente.

ARTÍCULO 4

1. Las Partes Contratantes apoyarán la cooperación en materia de formación profesional, se facilitarán recíprocamente información sobre los planes de enseñanza en materia de turismo y colaborarán en la formación de gestores de empresas turísticas y de técnicos del sector.

2. Con esta finalidad, ambas Partes Contratantes se facilitarán recíprocamente información sobre las convocatorias de becas de estudio y perfeccionamiento en materia turística destinadas a extranjeros, con objeto de que puedan solicitarlas ciudadanos del otro país que cumplan los requisitos y condiciones establecidos en las convocatorias.

3. Igualmente, y en la medida de sus posibilidades, las Partes Contratantes establecerán programas bilaterales de formación en materia turística.

ARTÍCULO 5

1. Las Partes Contratantes colaborarán en la ejecución de programas de investigación turística sobre temas de interés mutuo, tanto a través de Universidades como de Centros de Investigación.

2. Igualmente, las Partes Contratantes intercambiarán informaciones sobre los estudios de investigación turística que hayan realizado, así como sobre los resultados de su aplicación.

ARTÍCULO 6

Las Partes Contratantes intercambiarán informaciones sobre los programas de desarrollo turístico que se realicen en sus respectivos países, así como sobre los fondos de financiación nacional e internacional que puedan ser aplicados a esos programas.

ARTÍCULO 7

Cada Parte Contratante informará a la otra de las reuniones y seminarios de carácter técnico y turístico que puedan celebrarse en sus respectivos países, y procurarán la participación de sus técnicos en dichos eventos.

ARTÍCULO 8

La aplicación del presente Acuerdo se hará sin perjuicio de las obligaciones que resultan de la firma de los Tratados o Convenios Internacionales suscritos por cada Parte Contratante.

ARTÍCULO 9

1. El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha en que las se reciba la última notificación en la cual una de las Partes Contratantes informe a la otra de la conclusión de las formalidades internas necesarias.

2. El presente Acuerdo tendrá una vigencia de 5 (cinco) años, prorrogándose automáticamente por periodos iguales. Podrá ser denunciado por iniciativa de una de las Partes Contratantes, por conducto diplomático, con una antelación mínima de 3 (tres) meses.

Hecho en Brasilia, a 18 de abril de 1997, en dos ejemplares originales en las lenguas portuguesa y española, siendo ambos textos igualmente auténticos.


POR LA REPÚBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL


POR EL REINO DE ESPAÑA
"A. R."

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT ON COOPERATION IN THE FIELD OF TOURISM BETWEEN
THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE KINGDOM OF
SPAIN

The Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain, hereinafter referred to as the "Contracting Parties",

Considering the traditional ties of friendship which bind the Federative Republic of Brazil and the Kingdom of Spain;

Stressing their desire to strengthen cooperation, in a spirit of equity and support for their mutual interests;

Recognizing the tradition of cooperation which characterizes the Mixed Cooperation Commissions, and the role played by the Spanish Agency for International Cooperation in the identification and implementation of Spanish cooperation efforts;

Considering that article 10 c of the General Treaty of Cooperation and Friendship signed by the two countries on 23 July 1992¹ provided for the conclusion of specific cooperation agreements in the services sector, in particular in the area of tourism;

Recognizing the important part that tourism can play in economic development and the strengthening of relations between the two countries;

Have agreed as follows:

Article 1

The Contracting Parties shall devote special attention to the development and expansion of relations between the two countries in the field of tourism and to the increase of tourism between the Federative Republic of Brazil and Spain, with a view to giving their peoples a better knowledge of each other's history, lifestyle and culture, and to facilitating cooperation between companies in the field of tourism.

Article 2

The Contracting Parties shall support cooperation between the tourism sectors of the two countries, at both the government and the company level, as well as the exchange of experts in the promotion and marketing of tourism, training and research, tourism technology and the development of activities and areas having tourism potential.

Article 3

The Contracting Parties shall cooperate to the greatest extent possible in promoting and developing the tourism sectors of the two countries through the following measures:

1. United Nations, Treaty Series, vol. 1820, No. 1-31166.

- (a) The exchange of technical missions to study the tourism potential of areas to be identified;
- (b) The encouragement of business missions to evaluate business opportunities and the possibility of tourism-related investment;
- (c) The implementation of cooperation programmes for the purposes of the promotion or development of tourism;
- (d) Support for cooperation in the restoration of historic buildings for tourism purposes;
- (e) The encouragement of cooperation between experts in legal matters related to the tourism sector and the exchange of information on existing tourism legislation in each country;
- (f) The promotion of awareness in each country of the tourism possibilities and opportunities in the other country;
- (g) The exchange of information on experience related to the promotion of tourism, as well as the exchange of publications and promotional tourism material, as appropriate.

Article 4

1. The Contracting Parties shall support cooperation in the area of professional training, provide each other with information on educational programmes in the field of tourism and cooperate in training managers for tourism-related businesses and specialists in the tourism sector.
2. To that end, the two Contracting Parties shall exchange information on offers of fellowships for foreigners for tourism-related study and refresher courses, so that citizens of the other country may apply for those fellowships if they meet the requirements and conditions set out in the offers.
3. The Contracting Parties shall also, as far as possible, establish bilateral training programmes in the area of tourism.

Article 5

1. The Contracting Parties shall cooperate in undertaking tourism-related research programmes on issues of mutual interest, in cooperation with universities and research centres.
2. The Contracting Parties shall also exchange information on tourism-related research studies which they may have undertaken, as well as on the results thereof.

Article 6

The Contracting Parties shall exchange information on tourism development programmes undertaken in their respective countries, as well as on national and international funding sources which may be available for those programmes.

Article 7

Each Contracting Party shall inform the other of meetings and seminars of a technical and tourism-related nature which may be held in their respective countries, and shall have their experts participate in such events.

Article 8

This Agreement shall be applicable without prejudice to the commitments arising out of any international treaties or conventions to which either Contracting Party may be a signatory.

Article 9

1. This Agreement shall enter into force on the date on which the final notification from one of the Contracting Parties that it has concluded the necessary domestic formalities is received by the other Contracting Party.

2. This Agreement shall remain in force for a period of five years and shall be automatically renewed for further periods of five years. Either Contracting Party may denounce it, through the diplomatic channel, by giving at least three months' prior notice. Done at Brasilia on 18 April 1997, in duplicate, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister of State for Foreign Affairs

For the Kingdom of Spain:

"A.R." DON JOSÉ MANUEL FERNÁNDES NORNIELLA
Secretary for Tourism

[TRANSLATION —TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION EN MATIÈRE DE TOURISME ENTRE LA
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE ROYAUME D'ES-
PAGNE

La République Fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne (ci-après dénommés les "Parties contractantes"),

Considérant les liens d'amitié traditionnels qui unissent la République Fédérative du Brésil et le Royaume d'Espagne;

Soulignant leur volonté de renforcer leur coopération, dans un esprit d'équité et dans le désir d'appuyer leurs intérêts communs;

Appréciant à leur juste valeur le cadre de coopération que constituent les commissions mixtes de coopération et le sens des responsabilités dont fait preuve l'Agence espagnole de coopération internationale dans la définition et la mise en oeuvre de la coopération espagnole;

Considérant que le Traité général de coopération et d'amitié conclu entre les deux pays le 23 juillet 1992¹ a prévu, à l'alinéa c de son article 10, la signature d'accords de coopération spécifiques dans le secteur des services, en particulier dans celui du tourisme;

Reconnaissant l'importance que le tourisme peut jouer dans le développement de l'économie et le renforcement des relations entre les deux pays; Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

1. Les Parties contractantes s'attacheront à tout particulièrement à développer et à élargir les relations touristiques existant actuellement et à accroître le tourisme entre la République Fédérative du Brésil et l'Espagne de manière que leurs peuples puissent améliorer leur connaissance réciproque de leur histoire, de leur mode de vie et de leur culture, et afin de faciliter la coopération inter-entreprises dans le domaine du tourisme.

Article 2

Les Parties contractantes favoriseront la coopération entre les secteurs touristiques -- public et privé -- des deux pays ainsi que l'échange d'experts de la promotion et du marketing touristiques, de la formation et de la recherche, de la technologie touristique ainsi que du développement des activités et des zones d'intérêt touristique.

1. Nations Unies, Recueil des Traités, vol. 1820, no I-31166.

Article 3

Les Parties contractantes coopéreront, dans la mesure où leurs ressources leur permettront, à la promotion et à la mise en valeur des secteurs touristiques des deux pays en prenant les mesures ci-dessous :

- a) Échange de missions techniques qui étudieront les possibilités touristiques de zones à identifier;
- b) Encouragement des échanges de missions d'entreprises qui évalueront la possibilité de réaliser des opérations commerciales et des investissements touristiques;
- c) Mise en oeuvre de programmes de coopération ayant pour objectif la promotion ou le développement touristique;
- d) Appui à la coopération dans le domaine de la restauration des édifices historiques à des fins touristiques;
- e) Action visant à favoriser la coopération d'experts des questions juridiques liées au secteur touristique et échange d'informations sur la législation touristique en vigueur dans chacun des deux pays;
- f) Adoption de dispositions tendant à faire connaître dans le pays les possibilités et les opportunités offertes par l'autre pays sur le plan touristique;
- g) Échange d'informations sur les leçons d'expérience concernant la promotion touristique, et de publications et matériel de promotion touristique, selon qu'il appartiendra.

Article 4

1. Les Parties contractantes encourageront la coopération en matière de formation professionnelle, se fourniront mutuellement des informations sur les programmes d'enseignement dans le domaine du tourisme et coopéreront à la formation de gérants d'entreprises de tourisme et de techniciens de ce secteur.

2. À cette fin, les deux Parties contractantes se fourniront mutuellement des informations sur les offres de bourses d'études et de perfectionnement pour étrangers en matière de tourisme de manière que les citoyens de l'autre pays répondant aux exigences et aux conditions requises pour leur attribution puissent en demander l'octroi.

3. De même, les Parties contractantes établiront, dans la mesure où leurs ressources le leur permettront, des programmes de formation en matière touristique.

Article 5

1. Les Parties contractantes coopéreront à l'exécution de programmes de recherche touristique sur des sujets d'intérêt commun dans le cadre d'universités et de centres de recherches.

2. De même, les Parties contractantes échangeront des informations sur les travaux de recherche touristique qui auront été réalisés ainsi que sur les résultats de leur application.

Article 6

Les Parties contractantes s'informeront mutuellement du développement de programmes touristiques dans leurs deux pays aussi bien que les ressources pécuniaires nationales et internationales disponibles pour les programmes susmentionnés.

Article 7

Les Parties contractantes s'informeront mutuellement des réunions et séminaires techniques et touristiques qui pourront se tenir dans leurs pays respectifs et assureront la participation de leurs experts auxdites rencontres.

Article 8

Le présent Accord s'appliquera sans préjudice des obligations découlant de la signature de toutes les conventions et de tous les traités internationaux conclus par chacune des Parties contractantes.

Article 9

1. Le présent Accord entrera en vigueur à la date de réception de la dernière notification par laquelle l'une des Parties contractantes informera l'autre de l'accomplissement des formalités internes requises.

2. Le présent Accord demeurera en vigueur pendant cinq (5) ans et sera automatiquement prorogé pour des périodes d'égale durée. Il pourra être dénoncé sur l'initiative de l'une des Parties contractantes, par la voie diplomatique, moyennant un préavis d'au moins trois (3) mois.

Fait à Brasilia le 18 avril 1997 en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour la République Fédérative du Brésil :
Le Ministre d'État des Affaires étrangères,

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour le Royaume d'Espagne :
Le Secrétaire de Tourisme,

"A. R." JOSÉ MANUEL FERNÁNDEZ NORNIELLA

